

APRESENTAÇÃO - DOSSIÊ DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL: ARQUIVOS, FONTES E LUGARES DE MEMÓRIA

Uma das principais demandas dos movimentos de direitos humanos e pesquisadores tem sido a abertura dos arquivos *da* ditadura. Desde os anos 1980, a consigna “abram-se os arquivos!” foi alvo de campanhas e eventos acadêmicos nos quais discutíamos não apenas a entrega dessa documentação, especialmente a produzida pelos serviços de informação e repressão, mas também leis que garantissem o acesso a esse material.

Em 18 de novembro de 2011, após um período de avanços e retrocessos jurídicos e junto com a criação da Comissão Nacional da Verdade, a presidenta Dilma Rousseff assinou a *Lei de Acesso à Informação (nº 12.527)* que garantiu de maneira democrática a consulta aos documentos sigilosos, ainda que tenhamos que enfrentar até o presente momento a resistência das Forças Armadas em abrir os seus arquivos e de pesquisadores que receberam documentos por vínculos pessoais e insistem em guardá-los longe das vistas da sociedade.¹

À essa documentação, que já vinha sendo conhecida aos poucos com a sua entrega ao Arquivo Nacional, bem como com a abertura de acervos dos arquivos estaduais, mais notadamente dos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) e Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS)² nos anos 1990, somam-se os acervos de documentos *sobre* a ditadura produzidos e/ou reunidos por organizações de direitos humanos desde o período ditatorial.

¹ O caso mais notável é o do jornalista Elio Gaspari que tenha a documentação sobre a qual escreveu 5 livros e que não permite nenhum tipo de acesso ou manifesta a intenção de doá-la para algum Arquivo.

² Tais acervos podem ser consultados no Arquivos Estaduais, com destaque para Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Dessa maneira, atualmente o Brasil é o país do Cone Sul da América Latina com o maior acervo sobre o período ditatorial.³ O que tem refletido diretamente na consolidação da ditadura como um dos campos mais pulsantes da historiografia nacional, com uma diversidade de temas e abordagens como é possível aferir nos artigos aqui reunidos. Não podemos deixar de destacar que essas pesquisas também tem produzido fontes através de notáveis trabalhos de história oral realizado com vítimas diretas e indiretas da ditadura⁴ e até mesmo com militares.⁵

O tratamento dado aos arquivos produzidos no âmbito das atividades repressivas caracteriza-se como um dos assuntos centrais dos processos de investigação dos crimes cometidos pelo Estado durante a vigência das ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul. O acesso à informação está intimamente ligado à construção e consolidação de uma sociedade efetivamente democrática. A abertura dos arquivos da repressão e a custódia dos mesmos em instituições culturais e de pesquisa são imprescindíveis para garantir o acesso da população ao seu passado recente, interditado de várias formas. A eficácia das medidas de reparação às vítimas das ditaduras, assim como a apuração das responsabilidades dos agentes envolvidos nos crimes de Estado ficam, em grande parte, condicionadas pelo uso dos documentos produzidos e armazenados pelas instituições repressivas daquele período. Se anteriormente estes arquivos repressivos eram necessários para o próprio exercício das atividades repressivas, atualmente colocam-se como um instrumento insubstituível na conformação das novas relações sociais, principalmente no período denominado Justiça de Transição.

Nesse sentido, o acesso aos documentos *sobre* e *da* ditadura é um elemento central das reivindicações de memória, verdade e justiça e constituem, dentro da

³ VER: QUADRAT, Samantha. Em busca dos arquivos das ditaduras do Cone Sul: desafios e perspectivas. In: Fico, Carlos; Araujo, Maria Paula; Grin, Monica. (Org.). *Violência na História: memória, trauma e reparação*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012. p. 201-216.

⁴ Podemos citar os acervos do projeto Marcas da Memória, que reuniu a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal de Pernambuco, sob a coordenação da Comissão da Anistia.

⁵ Com destaque para o acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas, que publicou a trilogia *A Memória Militar sobre o Golpe, a Repressão e a Abertura*, bem como a longa entrevista com Ernesto Geisel.

concepção de Pierre Nora, em *lugares de memória* da ditadura brasileira e latino-americanas.⁶ São importantes para as pesquisas acadêmicas, mas servem como provas em possíveis processos judiciais sobre os crimes praticados pela ditadura contra os direitos humanos e como um elemento de reparação subjetiva e objetiva às vítimas.⁷

Nesse sentido, o enfoque dos doze artigos que compõem esse dossiê está nos arquivos produzidos e acumulados pelos aparatos das ditaduras de Segurança Nacional no exercício das suas atividades; nos arquivos originados pelos próprios indivíduos ou famílias em decorrência das suas ações contrárias às ditaduras; nos acervos que surgiram em função da própria demanda social por esclarecimentos, pela verdade e pela justiça; nas instituições culturais e de pesquisa que abrigam essa documentação.

Abrimos o nosso dossiê com o artigo *Empresariado e ditadura no Brasil: fontes, métodos e historiografia*, da autoria de Pedro Henrique Pereira Campos. Esse artigo se soma às novas pesquisas que avançam nas discussões sobre o papel dos empresários e sua relação com o Estado ditatorial brasileiro. O interesse por essa temática entre os pesquisadores vem aumentando, mesmo com as dificuldades ainda encontradas em trabalhar com esse objeto de pesquisa, originadas principalmente da inacessibilidade de diversos arquivos. Para tanto, o autor valeu-se de acervos de empresas e de associações corporativas, bem como da imprensa da época, memórias entre outros.

O artigo seguinte, *Sob suspeita e vigilância: o monitoramento dos movimentos e grupos de Direitos Humanos pelo Serviço Nacional de Informações (1978-1985)*, da autoria de Leonardo Fetter da Silva, dispõe-se a analisar o órgão central do sistema de informações da ditadura brasileira. No período da denominada “Abertura política”, num contexto de resistência democrática e de (re)surgimento de movimentos sociais, os grupos de Direitos Humanos tornaram-se um dos novos “inimigos internos” do regime. O presente artigo investiga como se dava, então, o controle desses movimentos pelo Serviço Nacional de Informações, que teve sua documentação recolhida ao Arquivo Nacional em 2005.

⁶ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares In: *Projeto História*, vol. 10, 1993.

⁷ CATELA, Ludmila e JELIN, Elizabeth (comps). *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002

No artigo *“Nada consta!”: o atestado ideológico e sua influência na educação no Rio Grande do Sul durante a ditadura civil-militar (1964-1979)*, de autoria de Carlos Eduardo da Silva Pereira, demonstra-se os impactos da burocracia estatal na tentativa de controle do mundo dos trabalhadores. Disponíveis na documentação da polícia política do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, esses atestados ideológicos eram necessários, entre outros, para o ingresso no magistério, assim como foram aplicados para expurgos contra professores. Também foram utilizadas no artigo fontes oriundas dos processos de exoneração e aposentadoria da Casa Civil do estado do Rio Grande do Sul.

Ainda tratando de documentos produzidos pelo Estado repressivo, temos o artigo *Otimismo e silenciamento: a Agência Nacional como produtora da memória oficial da ditadura civil-militar*, de autoria de Isadora Dutra de Freitas e Júlia Boor Nequete. As autoras analisam destacadamente os cinejornais e documentários produzidos pela Agência Nacional (responsável pelo material informativo sobre o governo), entre os anos de 1964 e 1979, aferindo a busca de uma narrativa oficial pelo aparato estatal. Além disso, também demonstram a própria constituição do acervo da Agência Nacional como um espaço de memória da ditadura brasileira.

Outro artigo que aborda arquivos oriundos da comunidade de informações é *Registros da espionagem durante a ditadura brasileira: o caso do Centro de Informações do Exterior*, de autoria de Ananda Simões Fernandes. Descoberto somente no ano de 2007, esse órgão de espionagem, vinculado ao Ministério das Relações Exteriores e ao Serviço Nacional de Informações, tinha caráter ultrassecreto. Toda a sua documentação foi recolhida ao Arquivo Nacional, possibilitando a análise desse órgão que atuava fora do território brasileiro, muitas vezes em colaboração com outros países, comprovando a participação e envolvimento da diplomacia no aparato ditatorial.

Marcos Tolentino aborda um importante arquivo da resistência no artigo intitulado *Arquivos do Clamor e os registros das estratégias sobre a violência estatal na Argentina (1978-1983)*. O autor analisa como se dava a denúncia, por parte desse Comitê de Defesa dos Direitos Humanos, do desaparecimento de trabalhadoras e trabalhadores e de sobreviventes dos centros clandestinos de detenção da ditadura

argentina. O acervo do Clamor, disponível atualmente no Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC), em São Paulo, possibilita a percepção de como se produziu o conhecimento sobre a violência estatal, por meio dessa rede de Direitos Humanos.

Também no âmbito das ditaduras do Cone Sul, apresentamos o artigo *Memórias do “quebra-mar”: marineros legalistas de Chile e o processo de mobilização no contexto do golpe civil-militar (1973)*, da autoria de Robert Porto Castro. No cenário sociopolítico do governo de Salvador Allende, houve um acirramento da mobilização dos marinheiros chilenos a partir de um processo de identificação de classe baseado nas más condições de trabalho presentes na Armada. Para o resgate desse elemento pouco estudado na historiografia, o autor valeu-se como fonte fundamental das memórias dos membros e apoiadores das articulações dos *marineros* legalistas chilenos nesse artigo.

Memórias de docentes da Escola Frei Anselmo durante a ditadura civil-militar (1964-1985), da autoria de Darciel Pasinato Correio, também tem como fonte principal as memórias: no caso, de professores de uma escola no pequeno município de Selbach, na região norte do Rio Grande do Sul. Utilizando a metodologia da História Oral, o autor analisa os testemunhos desses professores de uma escola rural, muitos trazendo nas suas falas um discurso de idealização do passado escolar e o seu enaltecimento, mesmo no contexto da ditadura civil-militar brasileira.

Inserido no campo da denominada Justiça de Transição, César Alessandro Sagrillo Figueiredo e Irene Gomes no artigo *Camponeses atingidos pela Guerrilha do Araguaia: os limites constitucionais da Comissão de Anistia* abordam as políticas reparatorias e indenizatórias do Estado brasileiro. Os autores examinam as tentativas de construção de provas para fins de declaração de condição de anistiado político para os camponeses da Guerrilha do Araguaia, vítimas do terrorismo de Estado. Entretanto, a geração de provas para esse caso se torna difícil, devido à ocultação de documentos por parte das Forças Armadas e ao silêncio criado em torno desse episódio.

O potencial do uso de fontes históricas do período da ditadura brasileira na sala de aula é analisado por Fernando de Lima Nunes. Desse modo, o artigo *Ensino de História da ditadura civil-militar, fontes históricas e Comissão Nacional da Verdade* traz

experiências de trabalhos realizados por alunos do ensino fundamental com as biografias de alguns presos e desaparecidos políticos. A utilização de documentos públicos e sensíveis, nesse caso específico, oriundos do relatório da Comissão Nacional da Verdade, são importantes fontes históricas a serem trabalhadas, principalmente quando as narrativas sobre esse período ainda são fortemente disputadas.

O imaginário de “Brasil grande” na fronteira: uma proposta pedagógica para o ensino de passados sensíveis a partir do acervo do jornal A Folha de Jaguarão-RS, de autoria de Darlise Gonçalves de Gonçalves e Larissa Pinto Martins, questiona o fato de as próprias cidades do interior não serem trabalhadas na historiografia sobre o período. O artigo também traz outros dois apontamentos principais: o discurso favorável à ditadura por parte do referido periódico, numa cidade considerada de segurança nacional; e a própria constituição do espaço do arquivo que abriga *A Folha* como um local de debates e problematizações do período da ditadura.

Por fim, Vinícius de Oliveira Masseroni e Bárbara Beatriz Silveira Darski no artigo *Os Atos Institucionais e o Supremo Tribunal Federal*, examinam essa vinculação durante a ditadura. Os Atos Institucionais não estavam previstos na Constituição de 1946, e o artigo se dedica a explorar a natureza jurídica dos mesmos. Por meio da análise dos Atos Institucionais Número 1, 2 e 5, selecionados pelos autores devido à sua relevância e impacto na sociedade brasileira, os autores verificam as diversas formas de tentativas de submissão do Supremo Tribunal Federal por parte do poder Executivo, bem como as estratégias desse Tribunal de permanecer exercendo influência política no período ditatorial.

Agradecemos às autoras e aos autores que se disponibilizaram em compartilhar seus trabalhos, fontes e arquivos com o presente dossiê. A solidariedade acadêmica, destacadamente em temas da História Recente e considerados sensíveis, pois se referem a um *passado que não passa*, a questões ainda presentes em nossa sociedade, é essencial para a difusão desses saberes, que extrapolam as universidades: estão presentes nos arquivos, nas escolas, nos locais de memória, nos processos judiciais reparatórios. Mesmo com a não abertura de vários arquivos institucionais – como o das Forças Armadas, que destacamos no início dessa apresentação – e com as políticas de

memória permeadas de avanços e retrocessos, as pesquisas sobre fontes das ditaduras de Segurança Nacional continuam com muito fôlego, vide o exemplo desse dossiê. Em momentos de negacionismo histórico e de apologia a regimes de exceção, elas se fazem fundamentais contra o obscurantismo que nos assola.

Por Memória, Verdade e Justiça!

Ananda Simões Fernandes (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul)

Samantha Viz Quadrat (Universidade Federal Fluminense)